

– Direto da luta –

Ocupar, resistir, produzir! A história e as lutas da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)

Entrevista com Ângela de Moraes Sant'Anna

Ativista do movimento dos sem-teto da Área Central do Rio de Janeiro;
Moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras

Conduzida em 16 / 10 / 2011



Rua Alcindo Guanabara, Centro do Rio de Janeiro:
Primeira tentativa de ocupação (novembro de 2005)



Rua Estrela, bairro do Rio Comprido:
Despejo quando da segunda tentativa de ocupação (julho de 2006)



Avenida Francisco Bicalho, Zona Portuária do Rio de Janeiro:
Terceira tentativa de ocupação (outubro de 2006)

Comunicado da Ocupação Quilombo das Guerreiras

A falta de uma política habitacional que realmente beneficie a população de baixa renda obriga milhões de famílias humildes a morar sem a mínima dignidade em barracos, cortiços, nas ruas ou em abrigos. A população pobre sofre sem ter onde morar, mas não sabe que há milhões de imóveis abandonados, mais de cinco milhões. Crime tanto do ponto de vista moral, já que tanta gente precisa de moradia, quanto do ponto de vista legal, já que deixar um imóvel sem uso durante anos contraria a *Constituição Federal* (Art. V) e o *Estatuto da Cidade* (Lei 10.257/2001).

Por isso, nós, 150 famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem teto, ocupamos este prédio abandonado há mais de quinze anos, e batizamos essa ocupação de Quilombo das Guerreiras em homenagem à resistência daqueles que lutaram por tantos séculos nas ocupações chamadas de quilombos, e também em homenagem à luta das mulheres, mães, irmãs e companheiras que tanto sofrem com a falta de emprego, educação e moradia.

As autoridades não perdem tempo em dizer que ocupar é "caso de polícia". O que eles procuram esconder com esse discurso é que o verdadeiro caso de polícia é a especulação imobiliária que permite que tantos imóveis estejam abandonados à espera do momento certo (e do dinheiro público, é claro!) para que eles sejam negociados. Caso de polícia é o cinismo de políticos que transformaram a necessidade de moradia numa promessa de eleição que, se depender deles, nunca será cumprida. Diante de tanto descaso, ocupar, que é um ato de necessidade, em hipótese alguma pode ser considerado crime, mas sim um *direito* e um *dever*.

Venha se juntar à nossa luta.

Ocupar, Resistir, Produzir!

Ocupação Quilombo das Guerreiras (outubro de 2006)

Eduardo Tomazine Teixeira e Marcelo Lopes de Souza: Infelizmente, as lutas sociais urbanas são pouco conhecidas, ou são conhecidas apenas em pequenos nichos de ativistas e acadêmicos. Gostaríamos, por isso, que você começasse contando para os leitores e leitoras como foi o processo de preparação da ocupação do espaço da Quilombo das Guerreiras.

Ângela de Moraes Sant'Ana: A Quilombo é um processo antigo. Um processo de três tentativas de ocupação. Primeiro, foi em 2005, na [rua] Alcindo Guanabara [Centro do Rio]; a segunda foi em 2006, na rua Estrela [bairro do Rio Comprido, não muito distante do Centro], em julho; e a última foi aqui [Av. Francisco Bicalho, Zona Portuária], foi um processo de 8 de outubro de 2006. Então era um grupo que já caminhava... é claro que da Alcindo Guanabara, que foi o primeiro processo, pra

segunda, ele se motivou por uma modificação muito grande. Mas o coletivo que ocupou Rio Comprido de julho pra cá foi o coletivo que permaneceu se reunindo para uma terceira tentativa. Aí, as pessoas que organizavam esse processo eram pessoas que tinham como ideal a *autogestão*. Então, o processo foi organizado. A princípio a gente chamava de coordenação, que é uma coordenação temporária. São militantes que ficam mais à frente, vendo questões de logística. Na coordenação tem um operativo, que já é um grupo mais específico. Agora, nomes, equipes, porque a gente dentro da reunião do coletivo se dividia em equipes, porque como não tínhamos um lugar concentrado, se fosse entrando sempre pra fazer reunião num determinado local, o que sempre chama atenção dos meios repressores... A gente, por isso, se dividia em equipes. E por equipes tinha reunião nas praças, [como o] Campo de Santana, praça pública. E aí a gente tinha uma vez no mês ou de quinze em quinze dias, tinha uma reunião com todo mundo, maior, num local específico ou numa ocupação, num sindicato. Alguns sindicatos a gente pedia espaço também pra fazer reunião. E aí é um processo de ano. Esse coletivo que ocupou aqui já estava há um ano praticamente junto, se reunindo. E dentro desse processo escolheram o nome, escolheram a forma de organização. Por mais que tivesse uma certa indicação do coletivo, isso também foi debatido dentro do coletivo, qual seria o tipo de organização, como se daria essa organização dentro do prédio. É uma organização que a gente mantém até hoje. Uma organização coletiva. A gente se divide coletivamente nos trabalhos, na segurança do prédio, a manutenção do prédio e essa divisão, até

hoje ela tem um ponto alto que são as assembleias, onde surgem as nossas demandas de resolução pra dentro do prédio, onde temos também as demandas do que está acontecendo no Rio de Janeiro, das lutas que a gente entende que tem que ser unificadas e que a gente participa. E assim, essas equipes somem quando a gente entra, porque elas são equipes dos primeiros dias que vão trabalhar... por exemplo: uma equipe de limpeza, uma equipe de hidráulica, equipe de elétrica. Então são pessoas que quando vão entrar no prédio...são pessoas que cozinham, ela já vai se preocupar em preparar um café, preparar uma comida, porque a gente não sabe quando vamos poder sair do prédio. Normalmente, a gente fica dois dias sem poder sair do prédio. A equipe de hidráulica vai ver se tem água ou se tem condições de instalar uma bica e assim sucessivamente. [A equipe de] elétrica vai ver a possibilidade de instalar uma luz... E essas equipes já são equipes formadas antes da ocupação, que funcionam muito bem. Algumas ficam, como é o caso da hidráulica e da elétrica, porque normalmente são pessoas que têm ter um entendimentos sobre aquilo; algumas permanecem. As pessoas que participaram no começo da hidráulica e da elétrica são as mesmas pessoas que estão lá, hoje. Na comissão de hidráulica e elétrica são comissões permanentes, também. Então, aqui a gente tem portaria, comissão de portaria... que organiza quantas horas de portaria, que notifica o companheiro que tá devendo portaria .. que computa as horas de portaria. Cada um de nós tem que tirar 24 horas de portaria por mês, é uma tarefa nossa, além de oito comissões de trabalho. Sendo que dessas oito comissões de trabalho, existe uma lavagem no prédio geral, quinto

andar até portaria, que é feita de quinze em quinze dias. Além disso, tem uma comissão de finanças que é tirada dentro do coletivo. É dessa maneira que a gente se organiza. Embora exista uma associação que a gente fundou em 2008, com o objetivo de ter um respaldo político, um CNPJ, para estar negociando a água e a luz, para viabilizar a negociação da água e da luz, essa associação não tem corpo aqui dentro, não existe presidente, não existem membros. O que existe é um *coletivo*; não existe liderança, onde cada morador tem voz e vez na reunião, onde os pontos de pauta surgem da demanda que o próprio morador traz pra discussão. É dessa maneira que a gente se organiza.

Uma coisa importante para entender a origem, a gênese de um movimento social ou de um espaço específico de um movimento social, como é o caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, é saber quem são as pessoas que participaram disso. De onde elas vêm? Onde elas moravam antes? Qual a trajetória política daqueles que eram membros do apoio que ajudaram a organizar? Você poderia identificar isso? De onde vêm as pessoas, e qual é a trajetória política delas? Tanto dos moradores quanto do pessoal do apoio que ajudou a organizar a ocupação...

Primeiro, que é muito misturado. O coletivo da Quilombo é um coletivo muito misto. São pessoas que vieram, uma boa parte, do Nordeste, há algum tempo; já estão há algum tempo no Rio de Janeiro. Vieram para cá para tentar a vida, conseguir uma profissão e um trabalho. Vivam de aluguel, com dificuldades de pagar o aluguel. Tem moradores do Rio, tem moradores que vieram da Baixada, da Zona Oeste. Um critério para todos os

moradores que fazem parte do coletivo é não ter casa. Então, todas essas pessoas, de alguma maneira, pagavam aluguel. Aí, como a gente entende que o sem-teto é alguém, hoje, que se pagar o aluguel não come, se comprar remédio não come... Não é só a condição mais grave do sem-teto, que é aquele que está na rua, mas aquele que não consegue sobreviver da sua força de trabalho. Então, esse é o coletivo que compõe a Quilombo. Na sua maior parte, mulheres, o que é até engraçado... As mulheres são as que atuam mais, são as que têm uma força mais... Não que os homens não atuem, mas as mulheres puxam mais a bandeira aqui. O apoio sempre foi um apoio misto, porque: o que é um apoio de ocupação? Quando a gente ocupa um prédio, se pressupõe que você ajude outros companheiros a ter o sonho da moradia. E também não é só o sonho da moradia, porque não é só a moradia que a gente quer. Quando a gente pensa em ocupar um prédio e ficar dentro desse prédio com a autogestão, a gente pensa em resgatar outras coisas a nível do que as pessoas não tiveram oportunidade de ver como voltar a estudar? Reforço... algumas coisas que as pessoas não tinham tempo e quando a gente pra dentro da moradia esse tempo acaba existindo. Esse apoio é muito misturado, pessoas que eram moradores de outras ocupações. Uma juventude muito boa de classe média, o que me dá muita esperança. Às vezes, quando eu estou muito desesperançosa, eu fico pensando nessa juventude que tem CSA e que sempre teve acesso à cultura, sempre teve acesso à moradia, saúde, educação mas que pensa que tipo de cidade ela quer. O que faz com que essa juventude apoie diretamente os movimentos de ocupação, muitas vezes é isso...

Pensar que ela não quer uma cidade turística, ela quer uma cidade onde o trabalhador possa morar nela. Essa é a composição dessa coordenação, que se dilui depois que acaba acontecendo a ocupação. O apoio fica um determinado tempo, se ele tiver um projeto para fazer dentro da ocupação ele fica ali como algumas pessoas estão aqui já há cinco anos, se confundem com um morador... E se confundem com o morador mesmo, pois, embora não more aqui, o sentimento que o coletivo tem por essas pessoas é um sentimento muito próximo. É um sentimento de amigo, não é um sentimento de alguém que venha aqui fazer um projeto, ou alguém que venha aqui “trazer alguma coisa” para esse coletivo. É um sentimento muito próximo, sentimento de abrir as casas, de fazer festa, de festejar junto ou de mostrar desespero junto. Então, algumas pessoas ficaram nesse período e alguns apoios passaram... Vem, faz um apoio mais focado, mais num momento de enfrentamento, que é um momento mais tenso, momento que a gente ocupa o prédio, momento mais tenso. Tensão com polícia, sobretudo nesse prédio que é um prédio muito visado, e a gente também teve um apoio acampado aqui fora. Foram três barracas ali fora para dar uma certa segurança para os moradores. Então, é muito misto. A gente teve apoio do NuPeD também, os companheiros também estão aí com o coletivo. Alguns companheiros estão aí fazendo projeto como Luisa, Bruno, que são universitários, Dandara, Nenê, são pessoas que são universitários de uma classe, que eu poderia chamar de classe média, mas que têm essa preocupação, têm essa indagação de que cidade quer e quer ajudar a construir uma cidade mais justa.

Eduardo e Marcelo: No geral, eles [o grupo de apoio] não são de partidos políticos...

Ângela: Não.... Uma coisa que às vezes provoca muita confusão... A ocupação é apartidária, não significa que ela é apolítica. Discussões políticas são feitas constantemente, inclusive discussões partidárias dentro do coletivo. Quando a gente diz que é apartidário é porque o que está aí como política não nos contempla, o que está aí, como governo ou como instância de governo ^{III} prefeitura, estado, governo federal ^{III}, não nos contempla. A gente percebe que quando essas pessoas vão se eleger elas têm mil projetos para a classe trabalhadora, mas quando estão lá, simplesmente viram as costas. Varias vezes, em outras ocupações, a gente percebeu essa proximidade de alguns candidatos, a proximidade de alguns parlamentares, para depois usar em suas cartilhas: ajudei a ocupação tal e ajudei a ocupação tal... Então, se é o trabalhador que vai lá, se é ele que arromba a porta, se é ele que toma conta do processo, se é ele que enfrenta, é ele que tem que ficar ali, não tem?... É ele que se *autorrepresenta*, se “*presenta*”. O [Miguel] Baldez costuma dizer [que] não existe representante, existe o “*presentante*”, que é aquele que está presente. É aquele que está na luta. A gente não trabalha com essa representação; então não existe essa questão partidária, o que é difícil. No Rio de Janeiro, às vezes é difícil até para você negociar e conhecer determinadas pessoas, negociar com determinados órgãos, que muitas vezes você é obrigado a fazer isso, porque como se tem essa distância partidária, a gente é mal visto. E é visto

como anarquista mesmo, é visto como alguém que não quer hierarquia, alguém que não quer o governo, ou que é contra esse governo; e a gente também deixa claro que é isso aí mesmo! Sem problema nenhum!

Eduardo e Marcelo: Mas você falou de uma coisa muito interessante, que é a participação proeminente e maciça das mulheres na organização. O próprio nome de vocês é um nome muito sugestivo, “Quilombo das Guerreiras” – inclusive vocês fazem menção à escolha desse nome no comunicado de vocês, em 2006, quando vocês entraram no prédio explicando um pouco sobre o nome. Você podia comentar pra gente o porquê desse nome, qual o significado dele, como ele foi escolhido também...

Ângela: O nome Quilombo das Guerreiras foi escolhido no primeiro processo, ainda quando era organizado em Vila Isabel. E foi escolhido por uma moradora, que nem chegou a ser moradora, defendendo a proposta que deveria ser quilombo porque quilombo era um espaço onde os negros podiam ter sua cultura, podiam resgatar sua cultura. Não um espaço de fuga, mas um espaço de construção, espaço de identidade. Das guerreiras porque as mulheres ao longo da história sempre foram negligenciadas, raramente nos livros de história se conta a luta das mulheres, da vanguarda, de estar à frente da luta, e sobretudo hoje pela mulher, pela característica que ela exerce como mãe, como provedora, na sua grande maioria na sociedade. A mulher como pai, mãe... prestar uma homenagem à essas mulheres. Então tem esses dois

lados: o quilombo, a luta dos negros, esse resgate que eu acredito que seja quase que uma demarcação do consciente. Eu acho que as nossas ocupações são uma demarcação do consciente porque todas elas tem essa demarcação, demarcam esses nomes: Quilombo, Manoel Congo, a própria Chiquinha Gonzaga, que é uma mulher à frente de seu tempo, abolicionista, quer dizer... então é por esse motivo, só que o nome num determinado período, ele trouxe problema para esse coletivo porque quando se ocupou Alcindo Guanabara e foi despejado, quando se ocupou o Rio Comprido e foi despejado houve um ponto de pauta para mudar o nome porque o nome estava dando azar! “Não, acho que é o nome que está dando azar, a gente não está conseguindo ficar”. Isso foi a defesa de um cara, e aí eu lembro que várias mulheres se inscreveram para defender Quilombo das Guerreiras. Acho que a defesa mais incisiva foi: “Pô, eu sou sem-teto, não tenho condições de pagar aluguel, não tenho condição de viver, então o que está acontecendo? Vou ter que ir no cartório mudar meu nome, meu nome tá dando azar?” Então eu não posso acreditar nisso, que é o nome. Muito pelo contrário, eu acho que esse nome é o que vai ficar e a gente vai ser conhecido por ele. Acho que nessa terceira tentativa a gente vai conseguir ficar e acabou ficando o nome e acabou acontecendo. Acho muito forte, um nome bacana. Algumas pessoas passam aqui por conta do nome, para perguntar de quem foi a ideia e o que a gente explica sobre esse nome.

Eduardo e Marcelo: Às vezes, quando é escolhido por um dirigente, de um coordenador, que tem uma trajetória pela esquerda, ele escolhe o nome de Che

Guevara, Carlos Marighella, Garibaldi. Quando passa para um morador vem um nome inusitado desse, mas tão carregado simbolicamente, politicamente, resgata uma parte da história do povo oprimido no Brasil... acho que é uma lição importante...

Ângela: Tem nomes que são fantásticos. Sou muito fã de Flor do Asfalto, o nome Flor do Asfalto é uma poesia. Os caras, quando escolheram o nome, estavam inspirados, que é uma flor do asfalto né...

Eduardo e Marcelo: Uma ocupação dos anarcopunks...

Ângela: ...E que também está para ser removida... É um nome que não faz alusão a nada numa luta, mas tem uma simbologia tão forte para tudo. Para moradia, para o achado né... muito forte é um nome que eu sou fã... Flor do Asfalto que é uma ocupação, digamos, prima da Quilombo das Guerreiras. E tem umas ocupações que a gente podia dizer que são irmãs, como Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares – que infelizmente acabou... É, a gente brincava que a Zumbi era pai, a Chiquinha era mãe, o Quilombo era a filha e a Flor do Asfalto não deu nem para ser pai, nem mãe, nem filha, mas era parente, essa prima aí... porque quando o apoio saiu daqui da porta, quando eles levantaram acampamento e viram que tava mais tranquilo e tal...que não precisava mais estar acampado dormindo aqui, eles foram andando pela rua e aí é como eu costumo dizer: para se fugir da polêmica ocupação e invasão eles descobriram, foram descobridores... porque se Pedro Álvares Cabral

descobriu o Brasil, nós descobrimos esse prédio da Rio Docas e eles descobriram uma casa embaixo da poeira abandonada e perdida. Foram lá e deram uma função para aquela casa, um destino.

Eduardo e Marcelo: Como se dá a relação entre as ocupações? O que tem de positivo nesse contato? O que fica deixando a desejar e por quê? Você poderia refletir a esse respeito?

Ângela: Eu acho que a ocupação é igual a uma família. Quando o bagulho tá doido, todo mundo se junta. É muito assim... não estou dizendo que isso não aconteça. O irmão, você pode falar mal dele, discordar dele, mas se é outra pessoa de fora, então não pode fazer isso. A ocupação tem muito essa relação. Existem momentos que estamos numa convivência muito próxima e existem momentos que a gente está muito distante. A ocupação ela também tem sua vida diária, porque às vezes... se agente procurar dentro da ocupação o que fazer todo dia a gente encontra uma coisa. Ela tem uma vida diária: o entorno dessa ocupação, a política de remoções que está havendo no Rio de Janeiro, mas ela também tem suas construções do dia a dia, é um espaço que você quer montar para uma biblioteca, é um espaço que você quer montar para uma cozinha, então todo dia você tem uma demanda, um trabalho para fazer, você tem uma limpeza, um projeto pra fazer com as crianças, um tempo seu pra destinar. E é um trabalho muito difícil. Então essa proximidade, isso aproxima e distancia. Porque quando as ocupações estão vivendo muito o seu momento, aquele momento que tá mais voltado para um determinado trabalho, determinada coisa que ela

quer construir dentro do seu espaço, acho que ela tá mais distante ou mais próxima. Então não dá para se prever. Eu acho que a proximidade que eu gostaria que tivesse, nós não temos. A gente já tentou fazer isso com Fórum Contra o Choque de Ordem, com outros grupos. Que é realmente sentar os moradores da ocupação, esses moradores que são camelôs na sua grande maioria, sentar esses moradores pra debater o que está acontecendo no Rio, pra estar se fechando pra certas coisas. A própria Zumbi foi um processo que foi implodido de dentro pra fora, foi um processo em que se abriu as portas pra Prefeitura. Então acho que a gente tem que tomar esse cuidado e tem que estar alerta em relação a isso. Infelizmente hoje a gente não tem um espaço de atuação conjunta onde a gente possa se encontrar, porque os espaços em que tentamos fazer isso viraram lista de e-mail, outras coisas e não a presença física do morador.

Há pouco tempo a gente estava se encontrando. Tinha uma ocupação que estava com um problema interno e a gente estava pensando coletivamente como resolver esse problema. Aí não era um problema... não era passar por cima do Coletivo, porque a proposta de se encontrar era uma proposta de trocar ideias. Às vezes a gente passa por determinadas coisas que aquele coletivo não passou. Como você esvazia uma reunião de moradores? Se eu levo assuntos sem importância, se o cara começa a pensar na reunião que poderia estar assistindo a novela, futebol, um filme; quando não interessa a ele, quando ele vê que aquilo ali não tem nada de útil, descer para aquela reunião. Então como faz isso? Esse tipo de coisa que a gente começou a discutir...um pouquinho de pessoas da Zumbi, da

Chiquinha, aqui da Quilombo, a gente começou a trocar essas ideias de como resolver os nossos problemas, mas no plano da organização de autogestão. O que é autogestão? Ideologicamente é aquilo que a gente quer construir, aquilo que a gente não quer representação, a liderança, isso e aquilo, mas é um exercício diário. Assimilar de fato, viver autogestão é um exercício diário, todo dia você tem que aprender a viver autogestão de uma maneira. A enxergar onde e como vai se dar a autogestão ali. E muitas vezes numa assembleia você tem que escolher quais temas você vai discutir, pode escolher discutir cinco temas e normalmente um fofoca, dois fofocam, no começo de ocupação as pessoas até se propõe a discutir fofoca. Depois de um certo tempo não se discute mais essas coisas que esvaziam nossas reuniões, nossos Coletivos. Então por esse motivo a gente andou se encontrando pra poder trocar essa ideia. De que maneira fortalecer novamente nossos coletivos? Fortalecer novamente nossas assembleias? De que maneira fechar o nosso coletivo para essa intervenção hoje do poder? Pra esse poder que está se infiltrando, como a Prefeitura que vem se infiltrando, alguns órgãos e às vezes até alguns universitários. Porque quem fez o cadastro na Zumbi foram universitários que foram lá fazer um levantamento socioeconômico. Esse Coletivo muitas vezes é inocente e abre a porta pra todo mundo, a gente acha que tem que abrir porque nossos espaços coletivos não são nossos, eles têm que estar abertos. Isso é uma coisa que a gente preza. Mas tem que se cuidar, muitas vezes a gente andou se encontrando pra conversar sobre essas coisas, sobretudo depois que a Zumbi foi despejada e cada uma de nós tinha um problema, a gente trocou ideia de como resolver

esse problema. Várias coisas, que às vezes a gente não consegue pensar ou às vezes acontece aqui e a gente não consegue pensar direito, mas a Chiquinha já tinha passado por isso, a Zumbi, e a gente andou fazendo isso aí há meses atrás.

Eduardo e Marcelo: Ou seja, tem uma articulação e vocês se comunicam, isso varia de acordo com o tempo, mas, não tem nenhuma organização que fale em nome das ocupações.

Ângela: Não, não tem, embora a gente tenha maior proximidade com alguns grupos. A Chiquinha, Zumbi e Quilombo foram processos que foram vários militantes da [extinta] FLP (Frente de Luta Popular), da CMP (Central de Movimentos Populares) que ajudaram nesse processo também. Que eram o apoio desse processo, mas não representam esse coletivo. Nesse coletivo não existe representação, existem “presentantes”, pessoas que moram dentro dele e que são destacados desse coletivo, muitas vezes em assembleia, para falar do coletivo ou da nossa história em determinados locais. Isso pode ser qualquer pessoa que esteja disponível no momento, que esteja encaminhado em assembleia, que vai. Mas companheiros desses movimentos que ajudam e que são companheiros próximos, assim como outros apoiadores, podem falar sobre a ocupação. Eu falo sobre a favela, eu estou representando a favela, mas se eu tenho possibilidade de denunciar alguma coisa que está acontecendo, eu não vou perder essa oportunidade; mas isso não significa que eu estou ali representando a favela. Significa que às vezes o assunto faz com que a gente denuncie e tenha

condições de denunciar determinadas coisas na base da solidariedade. E agente não se incomoda muito com isso, porque nesse sentido a gente é muito seguro, quem dá linha aqui é o Coletivo mesmo. Então não tem esse problema. Em todas as ocupações nunca nenhum movimento falou “Eu estou aqui e agora vai ser assim!”, embora em algumas ocupações, na Chiquinha Gonzaga por exemplo, a negociação do prédio tenha sido feita pela CMP, a negociação jurídica do prédio tenha sido feita pela CMP, mas nem a CMP disse “Eu sou interlocutor”, ou “Agora o prédio da Chiquinha Gonzaga é da CMP”. Muito pelo contrário, esses líderes de movimento, eles queriam autogestão. O próprio dirigente da CMP acredita na autogestão, não na coordenação.

Eduardo e Marcelo: Você já falou sobre o coletivo e mais ou menos como se organiza a ocupação em comissões. A gente pode passar pra parte de resistência. Todo ato de ocupação é um ato de resistência e como o próprio nome diz, na resistência presume-se que tenha algumas forças contrárias, algumas dificuldades principais que enfrenta a Quilombo das Guerreiras, por exemplo a luta contra o choque de ordem, entre outras...

Ângela: A dificuldade maior, não só para Quilombo, mas para todas as outras, é se manter, não ser expulsa, não ser despejada. Essa é a grande dificuldade das ocupações. É o que tira o sono dos moradores, a iminência de despejo, sobretudo nessa atual conjuntura do Rio de Janeiro, a gente tem visto que de tudo o que a gente havia aprendido para negociar com as instâncias de governo, todos os

mecanismos que acionávamos ainda existem, mas não são mais cumpridos. Hoje se despeja à noite, final de semana, se despeja sem a presença do conselho tutelar, sem estatuto do idoso, sem reintegração de posse, se despeja de qualquer maneira. Se despeja metendo o pé na porta e dando porrada e coisas que não aconteciam bem pouco tempo atrás. Então, isso aí é um momento que a gente percebe que nossa correlação de força é nenhuma, porque você pode ser surpreendido a qualquer momento dessa maneira. Só que a gente decide que quer ficar e vai sair arrastado, e decide que é nossa casa que estava aqui, que a gente ocupou, limpou e construiu esse espaço. A gente decide isso. Então hoje é um momento muito difícil para se viver no Rio de Janeiro, para trabalhar aqui. Essa semana mesmo, anteontem, a guarda bateu em várias pessoas, no camelódromo ali, pessoas que estavam passando e apanhando. Esse é um momento difícil para preparar esses megaeventos aí. É uma limpeza étnica mesmo. O pobre sempre foi considerado feio, então tirar o feio da cidade, tirar o feio desses espaços é distanciar a classe trabalhadora, é distanciar o pobre. É a limpeza mesmo e a gente vê que não tem como... pela primeira vez na história também, não sei se eu estou exagerando, Prefeitura, governo do Estado e governo federal – que a gente pode chamar de um governo só – estão ali emparelhados, estão se autoajudando, e o que está acontecendo é isso. Por exemplo, se antigamente a Prefeitura fizesse alguma coisa contra nós, a gente podia recorrer ao Estado ou ao governo federal. Você não tem mais para quem recorrer. Ou então você cria um quadro social, uma comoção social internacional e joga isso pra fora do

país – o que eu acho que é a única possibilidade hoje, e é o que a gente tem procurado fazer. Fazer denúncias para fora do país, que as denúncias para fora do país chegam aí e os caras seguram um pouco a bola. Mas aqui dentro é muito difícil.

A gente tem trabalhado, tem vendido mercadoria. Pouco tempo atrás a gente recebeu uma intimação de Docas pra deixar o prédio em quinze dias, porque eles iam fazer o despejo e a gente perdeu juridicamente, perdeu em primeira instância, perdeu em segunda instância. Então a gente sabe que a gente está aqui e ficou nesse prédio muito mais por uma resistência e por um fato político que a gente criou do que qualquer outra coisa. A gente conhece bem o sistema, sabe como a cidade se processa, então não foi pelos meios jurídicos que a gente tem conseguido resistir, mas pela mobilização. E mais uma vez a gente teve que procurar a SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) para dizer que a gente tinha um projeto de reassentamento, porque a gente briga pra ficar nesse prédio mas Docas nunca abriu uma possibilidade de diálogo. E pelo que eles dizem o que vai acontecer aqui vai ser uma construção de um prédio de 40 ou 50 andares e que esse prédio não vai servir para moradia. A partir de então a CMP e a União de Moradia apresentaram um projeto de reassentamento no âmbito do qual a CMP incluiu a Quilombo, junto com outras ocupações, e nós estamos nos reunindo há mais de um ano para formar esse reassentamento conjunto que será chamado Quilombo da Gamboa.

Foi isso que freou essa reintegração aí né... a SMU ficou sabendo que a gente já estava dentro de um projeto de reassentamento, que foi acessado através do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de

Interesse Social) e aprovado, faltam aquelas coisas, aval disso, daquilo, para começar a obra. Então eles se comprometeram através de correspondência. Veio aqui um cara da SMU e prometeu que a gente não ia ser despejado e, se por ventura precisasse desse prédio, em qualquer período eles se comprometeriam a reassentar a gente num imóvel único (que a gente não gostaria de ter aluguel social, isso sempre foi uma defesa nossa) mas num prédio da prefeitura até que o Quilombo do Gamboa ficasse pronto. Então a gente fica nessa situação, a gente tenta fuçar de alguma maneira onde achar uma porta para negociar, que a maior parte do Coletivo gostaria de ficar aqui, mas não vê essa possibilidade. Por enquanto não existe essa possibilidade, mas a gente não deixa de fuçar não, vai fuçando por Brasília, vai vendo quem conhece, vai vendo com quem a gente pode estar conversando e de repente sempre surge um “cala-boca”, sempre alguma coisa que sobra para o trabalhador no meio de tanta especulação... o governo sempre tem que ter alguma coisa para mostrar “Nós fizemos isso” e aí ele se utiliza da luta do trabalhador, se utiliza da luta dos movimentos, muitas vezes coloca lá suas placas, como vai colocar lá na Chiquina fatalmente depois da obra (no prédio que foi arrombado depois de vinte anos fechado) como vai colocar lá “Prédio requalificado pelo governo do Estado”...

Eduardo e Marcelo: Como se fosse uma concessão do Estado...

Ângela: Ainda bem que normalmente é uma placa de cobre, uma placa de metal nobre e sem utilidade! Quanto à violência, a gente sabe que a maioria, ou

muitos dos moradores que residem em ocupações, eles vêm de favelas e muitos deles saem das favelas por conta da violência exacerbada lá. Porque eles vêm aqui na ocupação, em geral isso muitos já me disseram, um espaço mais tranquilo que você não vê armas cotidianamente, as crianças podem ficar brincando sem os pais terem preocupação de ficar envolvido com o tráfico de drogas ou ser ameaçado pela polícia.

Eduardo e Marcelo: Mas de todo modo, tem conflitos aqui dentro da ocupação? Existe algum tipo de violência aqui? Como esses conflitos são geridos? São mediados? São resolvidos?

Ângela: Todo espaço tem conflito, né? Só que antes de você ocupar o prédio é discutido o regimento interno, aquilo que a gente vai criar como norma, não as leis de fora, mas uma espécie de lei que a gente vai seguir aqui dentro. É óbvio que esse regimento interno muda com o tempo, porque por exemplo: no começo, quando a gente ocupa o prédio, a gente dorme coletivamente, é proibido o uso de bebida, pessoas não podem beber. Então esse regimento interno é o que norteia a gente. Uma coisa construída por nós. Nele, inclusive, a expulsão de moradores está prevista também. Já tivemos que expulsar companheiros aqui. E não é uma coisa da qual nos orgulhamos, já chamamos de volta companheiros que expulsamos, o coletivo refletiu sobre algumas expulsões e chamou de volta. Acho que foi um amadurecimento muito grande desse coletivo, mas assim, uso de drogas é expulsão sumária, porte de armas é expulsão sumária, roubo é expulsão sumária. E não quer dizer que a gente está

querendo criar um Coletivo cristão, um Coletivo que viva de uma aparência ou que esteja querendo implementar uma lei de tortura. Quer dizer que a gente já é marginalizado para a maior parte da sociedade, a gente é tido como bandidos, como invasores, vagabundos, pessoas que querem morar sem pagar. A gente sabe que a droga é uma discussão tratada de maneira hipócrita na nossa sociedade, as pessoas não estão aí para discutir verdadeiramente a questão da droga. A droga até hoje é pressuposto da pobreza, ninguém pensa na classe média drogada, ninguém pensa no médico drogado, no advogado drogado, no juiz drogado. Só pensa no favelado drogado, no sem-teto drogado, só nessas camadas sociais mais pobres. E a droga, como é ilícita, você não compra na padaria, você tem que ter um certo contato. E a gente sempre tem outros espaços coletivos que foram destruídos por conta da droga. Primeiro se usa, depois se vende, depois se trafica e muitas pessoas, como você mesmo falou, vieram de comunidades, não querem ter esse contato aqui. Então se a pessoa tem um vício, ninguém vai dizer “Olha, você tem que largar seu vício”. Ele trabalha, mantém o vício dele, a gente não faz uma discussão hipócrita com relação a isso. Mas ele vai se utilizar desse recurso fora da ocupação. Se ele quiser se drogar ele vai usar fora da ocupação. É óbvio que ele não vai matar nem roubar, porque isso não é tolerado aqui. Mas em relação a vício, é claro que não pode usar, não pode roubar, não pode ter porte de arma. Então esse regimento interno que faz a gente ter discussão. É óbvio que a gente tem discussões inversas. A gente tem drogas que são lícitas que prejudicam tanto quanto, ou ainda mais que as drogas ilícitas, que é o

caso do álcool. Isso já foi ponto de pauta várias vezes no nosso coletivo. Já foi, já resultou em expulsão. Porque para expulsar a pessoa passa em uma série de etapas: é advertido em assembleia, aí tira um grupo para ajudar aquela pessoa, depois ela fica uma semana fora para ela entender que ela não pode mais continuar daquele jeito, depois quinze dias fora, depois no máximo 30 dias e se não tiver jeito ela é expulsa. Então o álcool é uma droga muito difícil, é uma dependência muito difícil de se largar. Atualmente a gente tem um encaminhamento coletivo de um companheiro que está fazendo tratamento para não ser expulso. Vai se internar agora, foi decisão dele se internar. Não estava dando jeito, ele teve algumas recaídas. Se o companheiro está precisando de um tratamento a gente tenta convencer ele em assembleia e aí, se ele é convencido, a gente encaminha. Tem sempre alguém que vai junto, um morador, um ou dois moradores que vão ficar mais ligados àquela pessoa, ajudando, participando também daquela reunião junto. Então a gente tenta resolver dessa maneira, agora todas as questões são resolvidas coletivamente, todas! Todas são passíveis de discussão em Coletivo. Então se ela causa problema para o Coletivo, vamos tentar arrumar uma solução que a gente não perca aquele companheiro, mas também satisfaça o Coletivo para continuar com sua segurança e sua tranquilidade, que não agrida nenhuma das duas partes.

Eduardo e Marcelo: A droga, ela remete a outro problema, que é o tráfico de drogas. E a gente sabe, inclusive, que algumas ocupações já foram, digamos assim, tomadas pelo tráfico de drogas. E assim

como nas favelas, e também em lugares onde mora classe média, a gente sabe que tem áreas que são dominadas pelo tráfico de drogas. Então, tem um assédio do tráfico sobre o movimento das ocupações. Vocês sofreram esse assédio aqui na Quilombo das Guerreiras? Como é que vocês lidaram com isso?

Ângela: Pouco. A gente sofreu pouco até pela geografia, por estar mais distante das comunidades. A gente sofreu pouco, mas sofreu. A gente também sabe quem são os cantadores, né...

Eduardo e Marcelo: Cantadores? O que é isso?

Ângela: O cantador é aquele cara que mora na comunidade e vem dizendo: “Eu sou o cara e o cara me mandou aqui”; “Eu sou do movimento”. E a gente também é maluco, a gente vem e arromba a porta. Para um cara aí de moto e fala: “O dono quer dois apartamentos aí”. O dono de onde? “O dono do morro”. Mas se ele é dono do morro ele não precisa de dois apartamentos aqui. E aí a gente tem um diálogo muito direto em relação a isso. E é óbvio que o tráfico vai querer um espaço no asfalto; e não vai querer mais um espaço no asfalto, o tráfico está no asfalto. Porque se as favelas estão ocupadas, ele está no asfalto, é fato. As favelas estão aí com UPPs, isso implica que as pessoas tenham que fazer suas atividades em outros locais. Também é uma hipocrisia dizer que o tráfico está só na favela. O tráfico sempre esteve no asfalto. Mas a gente teve pouca intervenção, pouca ligação. Uma vez, sei lá, uma senhora brigou e ela era de uma comunidade e o filho ou uma pessoa da comunidade veio aqui

armada pra matar outra pessoa que tinha brigado com ela. Aí a gente teve que parar na polícia e tal. Mas é uma coisa que sempre tivemos uma discussão tranquila e muito corajosa. Acho que todas as vezes que a gente foi de alguma maneira assediado ou procurado, a gente deu uma resposta a altura. Se ele é o dono ele não precisa, se ele é o dono do morro ele não precisa de um quarto aqui, porque isso aqui é para sem-teto. Então ele não é sem-teto. A condição para estar aqui é ser sem-teto. Então, de resto, o que a gente tem mais cuidado aqui é com isso, com uso de drogas aqui dentro, porque infelizmente o uso de drogas pressupõe a venda mais tarde, e a gente tem esse cuidado de não permitir. E os moradores também têm essa consciência de estar sempre aí na atividade com relação a isso, porque é problemático. Você acaba trazendo pessoas, você acaba trazendo a droga para dentro da ocupação e a gente não quer isso.

Eduardo e Marcelo: Estou só insistindo nesse aspecto porque geograficamente a Chiquinha Gonzaga está muito mais próxima de uma comunidade que até há pouco tempo não tinha UPP e era controlada pelo tráfico. E a Chiquinha resiste. A gente sabe que a Chiquinha não tem tráfico de drogas. O pessoal lá resiste bem. Você acha que o tipo de organização e de gestão da ocupação, por exemplo, de ser por Coletivo e de não ser organizado e gerido por direções, isso faz diferença na hora de resistir ao assédio do tráfico de drogas?

Ângela: Acho que a diferença está muito mais em você decidir por um regimento interno no qual quem cuida dos nossos problemas somos nós, e não o

parlamentar, e não um dirigente de movimento, e não o tráfico. Por exemplo, se alguém sair daqui para dialogar com o tráfico para resolver um problema interno, ele está expulso, isso é claro para qualquer morador aqui. Não é o tráfico que resolve nossos problemas, assim como não é a polícia. A gente não pode chamar a polícia, mas a gente também não pode chamar o traficante para resolver nossos problemas. Acho que é muito mais o discernimento de que eu sou o responsável por esse Coletivo; eu, cada um de nós é que somos responsáveis por esse coletivo. Porque nossa vida inteira a gente delega, nossa vida inteira a gente tem representação. A gente tem o nosso padre, o nosso pastor, nosso pai de santo, nosso pai, nossa mãe, nosso professor... E aqui é o momento de a gente dizer: “Não, isso aqui é meu”; “Eu tenho que construir essa história, eu que respondo por ela”. Nossos problemas, por mais graves que sejam, todas as vezes que a gente foi parar na polícia, a gente foi parar na polícia muito mais por questões externas do que internas. A polícia nunca veio aqui por uma questão interna, quer dizer... veio aqui uma vez, um morador, infelizmente, que foi expulso e ele chamou a polícia porque ele não queria sair. E a polícia falou “Não, ele fica” e a gente falou “não, ele sai”. Agora, no momento em que acontece um problema na ocupação e esse coletivo permite que alguém chame a polícia ou vá dialogar na boca, seja lá onde for, esse coletivo começa a ser destruído, a perder sua força porque isso já é indício de que a gente tá trabalhando com uma representação e que a gente não está entendendo o que é autogestão.

Eduardo e Marcelo: Chegamos agora ao último tópico da entrevista, que diz respeito à produção dentro da ocupação. Uma das divisas que vocês têm, um grito de guerra, é “ocupar, resistir e produzir”. Ocupar, vocês ocuparam, e estão aqui resistindo; e o *produzir*? A gente sabe que vocês tentaram e tem algumas cooperativas que em alguns momentos não funcionam, que estão, digamos, um pouco cambaleantes. Por que você acha que tem essa dificuldade de prosperar em atividades econômicas alternativas e sustentáveis aqui nas ocupações?

Ângela: A Quilombo é uma ocupação que se difere um pouco das outras ocupações. A maior parte do nosso coletivo é trabalhador formal. Uma boa parte é camelô... Mas a maior parte é trabalhador formal, que conseguiu ser trabalhador formal por causa do endereço – por morar mais próximo conseguiram ter um emprego. Agora, a dificuldade maior é a dificuldade financeira. Primeiro, para você montar alguma coisa, você vai montar o quê? Que tipo de maquinário você precisa? Espaço não é o nosso problema, mas sim os equipamentos, que hoje normalmente são mais caros. A gente tentou montar uma cooperativa de chinelos, mas o recurso saiu do nosso próprio bolso, um recurso que nunca voltou, porque pra você montar uma cooperativa você faz um produto, você vende aquele produto, mas você tem que se preocupar em repor aquela mercadoria. Então você não trabalha com aquilo que você ganhou, aquilo que sobrou. E aí você fica sempre pensando se você tem que ter o material. E como o dinheiro era pouco, a gente nunca conseguiu ter de volta aquilo que a gente aplicou, que foi R\$50,00 de cada um para fazer chinelo. Uma coisa que ficou

adormecida, ainda é um projeto hoje. Estamos querendo estampar camisa e voltar a fazer sandálias. Mas a gente está na rua e a gente tá perdendo mercadoria. Ou perde mercadoria ou paga propina! E eu não sei nem se na atual conjuntura pagar propina vai dar jeito. Pelo que tem acontecido essa semana aí... a guarda está sendo forçada a ser corrupta também né... num momento em que o sistema às vezes força, ele te joga numa situação em que ou você paga a propina ou perde a mercadoria. É melhor ele dar 15 Reais por semana ou perder todo dia a mercadoria dele? E aí você acaba desmobilizando a classe. Você acaba tendo uma série de problemas. A gente tem um problema no Rio de Janeiro também, de que a vida do camelô nunca está definida. Teve um incêndio no camelódromo da Central, um incêndio criminoso, um incêndio que o bombeiro chegou uma hora depois sem água... São coisas que vão passando e a gente vai deixando para lá, mas que os movimentos tinham que continuar denunciando isso, procurar os culpados por isso. Porque aquilo foi incêndio criminoso! Imagina um bombeiro chegar uma hora depois e sem água! E ter que furar o chão para cavar a água e apagar o incêndio! Um incêndio criminoso onde agora os camelôs não estão mais aquele espaço ali. Aqui na rodoviária, vão tirar o camelô também. Agora existe um projeto pra tirar a rodoviária daqui. Agora você imagina, se tirar a rodoviária daqui, o camelô vai trabalhar onde? Porque ele vive do fluxo da rodoviária. Então a gente está sempre atrás, o trabalho é informal, a produção é precária, falta de espaço para escoar a mercadoria, para vender mercadoria. A gente está sempre em função desses espaços ilegais e esses espaços ilegais nunca são

contados por nenhum projeto de governo. Eles não estão nem aí como vai viver o camelô. Ele quer cadastrar o camelô pra receber esses R\$120,00 que cada camelô teve que pagar agora para se cadastrar, mas onde esse camelô vai trabalhar é fictício. É um local que ele escolhe de uma maneira fictícia. Mas se você for para rua hoje e produzir com seu próprio recurso e colocar uma mercadoria, fatalmente você vai perder essa mercadoria. Foi o que aconteceu. A gente foi pra rua com chinelo e com sandália e tivemos que correr da guarda. E às vezes é uma mercadoria pesada e você não tem condição de correr. A maioria dos camelôs trabalha com uma mercadoria leve. Agora a gente começou a trabalhar também com alimentação, que dá mais certo. Porque alimentação ela já trabalha de uma outra maneira na sociedade. Digamos que um sindicato saiba que a Quilombo faz alimentação e aí ele tem uma festa e um encontro, então ele vai e encomenda comida. As universidades, um grupo sabe que a comissão de alimentação da Quilombo trabalha dessa maneira. Digamos que o curso de pedagogia da UFRJ vai fazer um encontro de pedagogia, eles pedem alimentação na Quilombo e nós preparamos os alimentos. Então a alimentação é uma coisa que deu mais certo para gente. Porque é um contato direto, mais útil, a gente faz uma negociação direta, um preço mais justo e sem esse perigo, você não tem o perigo de perder uma comida. O cara manda o carro, a gente entrega a comida ou a gente leva a comida. Teve uma ajuda de um companheiro que estava na França, conseguiu uma verbazinha aí e a gente comprou um fogão, estamos comprando umas panelas para dar uma acelerada e criar uma cozinha com mais infraestrutura para atender melhor, porque

you depend also on having an infrastructure. We also have a policy (the commission of food) to abolish the disposable, but we don't like disposable. It doesn't help if the occupation is worried about production and not worried about the trash, not worried about other issues. We don't like... When we can, we work with panels, with dishes, with tools that are not disposable, and for this you need to create a good infrastructure for the kitchen.

Now, we are studying other projects of income generation. That is the making of shirts, going back to work, going back to study, how to do this, going back to the steps, especially having money to do this. Because what we earn, unfortunately we don't have conditions to take a value X to apply, to buy machinery...

Eduardo e Marcelo: Lack of space to put the merchandise in the square, lack of money to be able to produce merchandise and what is left, in reality runs the risk of the merchandise being seized. In the end of the accounts what keeps these alternative economic occupations is the demand of social movements. It ends creating a demand that is maintained...

Ângela: This is a legal thing. When I talk about food it is a legal thing. Because they like to know that they will do a food occupation that will reverse 10% for the Collective and that has a different proposal. That doesn't have this perspective of profit, that doesn't reach to be a cooperative, but the work is divided, the money is divided, a part is reversed for this Collective. And here the Collective

also voted a little while ago that I didn't want that 10% but that it was invested in the kitchen. We also don't have much money, but it's enough to buy a bowl, buy one thing or another. So I think that is legal, this political proximity that we have with these other spaces, with the universities, with the meetings. We have this proximity, we end up having contact with UFRJ, contact with IFCS, contact with other university groups. After some food occupations these groups come here to know the collective, to know how we organize.

Eduardo e Marcelo: The Internet allows so much things... I think that this has the potential to be expanded and this network to spread, isn't it true?

Ângela: Yes, for this we are trying to build a kitchen with more structure, because it doesn't help to divulge what you don't have the condition to do. Imagine if someone comes here and asks: "I want four thousand meals!"

Eduardo e Marcelo: The capital does this, right? It offers the construction of a bridge, then goes there in BNDES and takes the money to build. If we wanted 5 million to make 500 little ones, we can't!

Ângela: Really, it's about having an infrastructure and a patience, but it's nice to work here inside, with the companions producing food, doing this from time to time. You are there, talking about the collective, talking about the problems, producing food, selling as a companion in the kitchen, you start to know the life of the collective many times. Me

lembro da minha infância, ele vai falar alguma coisa da infância. Então tudo contribui para essa intimidade que eu acho que é necessária dentro do Coletivo.

Eduardo e Marcelo: Porque a dimensão do trabalho, da política, das relações afetivas como um todo elas convergem, não são fragmentadas.

Ângela: Porque o capitalismo afasta, afastou o trabalho da moradia, da casa, da vivência, da cultura. Quando a gente pode experimentar trabalhar no espaço que mora, com as pessoas que você convive, você vê o quanto que a sociedade poderia ser diferente.

Eduardo e Marcelo: Pra terminar, outra pergunta: o que você acha que poderia ser a lição da Quilombo das Guerreiras para a cidade do Rio de Janeiro ou para as cidades de maneira geral? O que você acha que se pode tirar daqui para construir uma cidade melhor?

Ângela: Pra construir uma cidade melhor, eu acho que é a ideia da autogestão, do coletivo, porque é uma ideia tão difícil, ou melhor, uma postura difícil. Porque a ideia não é difícil de assimilar, mas o que é a ideia? A ideia é subjetiva, a prática é que conta. O que adianta dizer “coletivo” e “autogestão” e não agir como coletivo e não estar dentro da autogestão. Óbvio que quando a gente fala “autogestão” a gente exagera, porque a gente também não vive da nossa produção, mas o desejo da autogestão é tão grande. Eu acho que para o mundo é isso, é possível viver junto, é possível se organizar, é possível ser

coletivo, não ter liderança, é possível tanta coisa que a sociedade desconhece. Isso é possível. Acho que essa é a grande ideia pela qual eu queria ver várias ocupações lutando. O Rio de Janeiro estaria diferente! Porque você acaba influenciando as pessoas. A Quilombo, ela é fatalmente marginalizada por muita gente que passa, mas muitos camelôs nossos trabalham aqui na calçada e quando o cara pede um refrigerante ele pergunta o que é isso aqui? O camelô que mora aqui, ele não vai dizer que é uma ocupação, ele vai dizer é a casa dele. E você acaba tendo um contato, explicando porque se ocupa, porque vai, porque mora aqui, como é a organização e você vai difundindo isso para sociedade, que é possível se organizar, que é possível resgatar algumas coisas, não só a moradia, mas uma preocupação mais plural com a saúde.

Outras lutas que a gente procura estar ingressando: saúde, educação, outras lutas que também são nossas e a gente também participa e está junto. Mas eu acho que essa é a ideia, a ideia de podermos nos organizar coletivamente e que temos força. Porque na história, todos os fracassos históricos foram em decorrência do povo achar que não tinha força, ou ser manipulado ou conseguir determinadas revoluções mas as lideranças se corromperam, as lideranças se venderam e talvez esse seja o nosso medo. Aquilo que a gente quer deixar para a sociedade do Rio de Janeiro é que é possível não ter liderança. A gente também não tem problema com a palavra liderança, temos problema com a palavra dirigente, porque liderança nós temos várias aqui dentro. Lideranças informais, tem uma pessoa que puxa uma liderança mais pra manifestação de rua, outra puxa uma liderança mais

para educação. São pessoas que, quando eu quero falar sobre educação, eu tenho uma pessoa de referência aqui dentro. Quando eu quero falar sobre a luta que está acontecendo lá fora, o camelô tem... Então são líderes, a gente não tem essa preocupação. Pega o exemplo lá dos zapatistas: quem é Subcomandante Marcos? Ninguém sabe! Então quem é Anginha? Anginha é uma pessoa que faz parte desse coletivo, que “*presenta*” esse coletivo, mas que não é líder desse coletivo, jamais decide! Eu tomo “*toco*” em assembleia – eu amo quando isso acontece, às vezes eu polemizo também isso! Acho que faz parte do crescimento do coletivo, identificar que ninguém manda aqui, não é uma pessoa só que manda. Isso é maravilhoso, perceber o quanto o coletivo cresce e eu queria uma sociedade assim, onde a gente pudesse se organizar coletivamente, descobrir que a gente não precisa competir com o outro. Porque a gente é estimulado a competir desde pequeno, mas o outro é nosso companheiro, pode ser nosso companheiro, deve ser nosso companheiro, que a gente deve crescer junto. E a gente tem percebido isso aqui na Quilombo e tem sido tão prazeroso! Depois de estar aqui, os companheiros que foram trabalhar, descobrem um local pra trabalhar e avisam para o outro. Os companheiros estão fazendo universidade agora,

enlouquecendo junto com os textos, com os trabalhos e isso é tão bacana! Você descobrir que não precisa competir com o cara, não está competindo, você está crescendo junto, você está partilhando aquilo que você sabe e essa sociedade dentro do universo capitalista que estimula a gente a competir é uma sociedade que tem que ser destruída. Eu espero que um dia a gente possa estar discutindo isso e ganhando espaço para discutir essa coletividade, essa riqueza de trabalhar com a coletividade e com o coletivo para essa sociedade.

Eduardo e Marcelo: Você está certa. Vocês, com muito pouco recursos, quase nada, têm uma biblioteca, trabalho de reforço escolar, uma cooperativa que faz alimentos e que não funciona bem, mas funciona! Moradia para 46 famílias que estão morando há cinco anos sem pagar aluguel. Resistem à violência, resistem ao tráfico de drogas, participam politicamente de outras lutas. Ou seja, esse tipo de gestão dá certo, é eficaz. Tem sido uma fonte de inspiração há cinco anos.

Foi um prazer enorme fazer essa entrevista, Ângela! Muito obrigado.